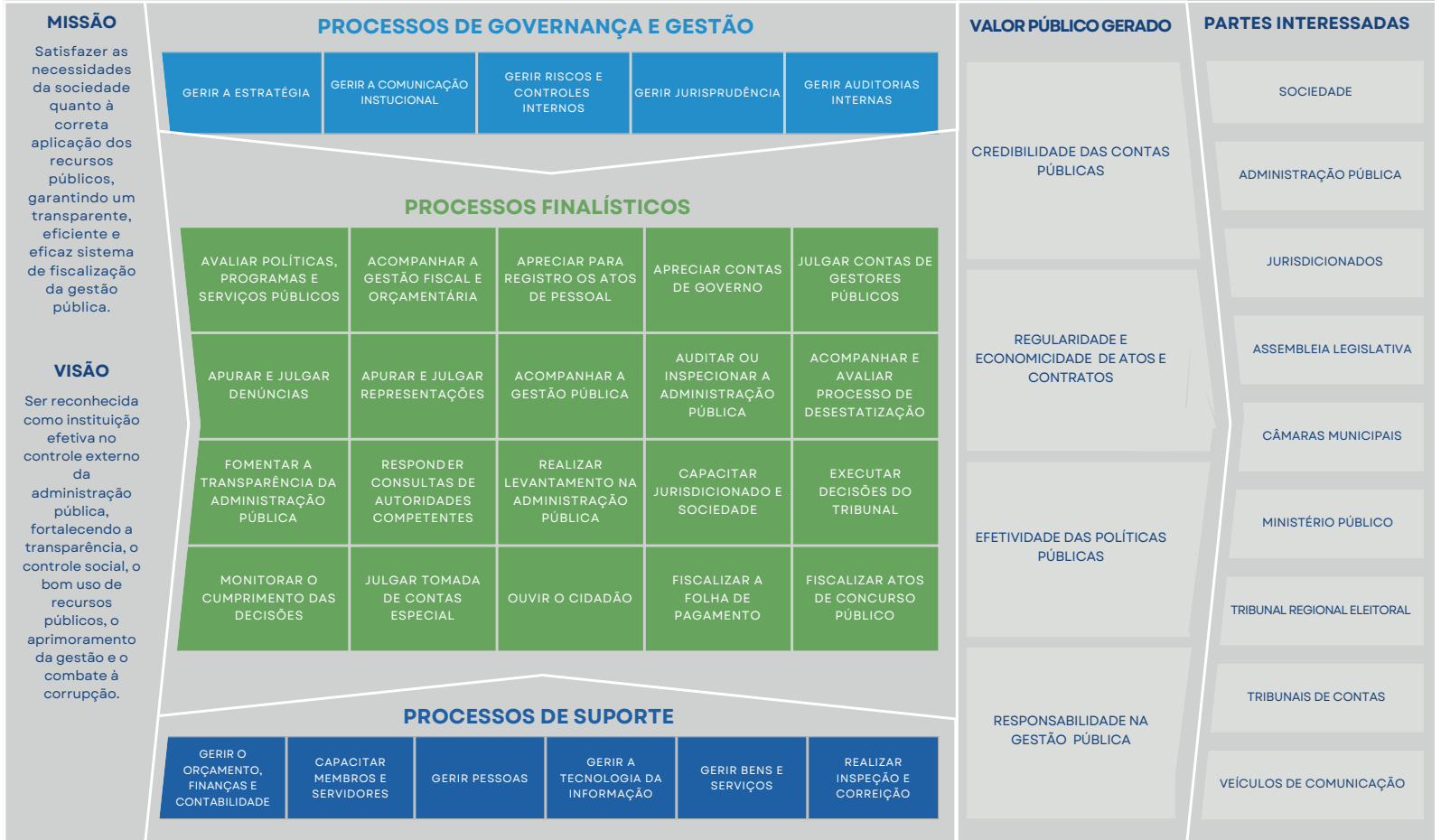


## ANEXO ÚNICO

## CADEIA DE VALOR TCETO



## PORTARIA Nº 76/2025

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS, nouse das atribuições que lhe conferem o art. 131, inciso I, da Lei nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001, e oart. 349, inciso I, do Regimento Interno, na conformidade da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 demaio de 2000,

## RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre do ano de 2024, naforma dos Anexos 1, 5 e 6, em atendimento à Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 2º Disponibilizar o relatório, por meio eletrônico no Diário Oficial do Estado, noBoletim Oficial do Tribunal de Contas do Estado e no site do Tribunal de Contas do Estado, para amploacesso ao público, em atendimento ao disposto no § 2º, do art. 55, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIZ DE MATOS GONCALVES, PRESIDENTE**, em 22/01/2025, às 15:21, conforme art. 4º da Resolução Administrativa TCE/TO nº 001, de 15 de outubro de 2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tceto.tc.br/sei/processos/verifica.php> informando o código verificador **0809278** e o código CRC **93CAFBE7**.

ANEXO I

ESTADO DO TOCANTINS - PODER LEGISLATIVO  
 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO/2024 A DEZEMBRO/2024

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	(Últimos 12 Meses)														
	LÍQUIDAS														
	JANEIRO 2024	FEVEREIRO 2024	MARÇO 2024	ABRIL 2024	MAIO 2024	JUNHO 2024	JULHO 2024	AGOSTO 2024	SETEMBRO 2024	OUTUBRO 2024	NOVEMBRO 2024	DEZEMBRO 2024	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>14.386.916,29</b>	<b>14.138.877,39</b>	<b>15.038.533,52</b>	<b>14.645.058,05</b>	<b>14.689.915,71</b>	<b>15.758.757,34</b>	<b>13.945.121,16</b>	<b>15.441.163,93</b>	<b>14.808.665,09</b>	<b>19.356.152,62</b>	<b>14.986.844,14</b>	<b>25.539.628,63</b>	<b>192.735.633,87</b>	-	
Pessoal Ativo	11.063.000,02	11.140.880,75	11.011.130,68	11.019.555,14	11.237.703,37	12.152.868,46	11.488.832,74	11.693.132,45	11.300.509,48	14.893.576,75	11.804.084,74	20.884.742,09	149.690.016,67	-	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.391.381,04	9.459.868,26	9.328.931,22	9.337.742,06	9.512.402,72	10.407.304,13	9.758.787,35	9.958.431,90	9.563.031,91	12.174.687,32	9.554.023,09	16.304.323,60	124.750.914,60	-	
Obrigações Patronais	1.671.618,98	1.681.012,49	1.682.199,46	1.681.813,08	1.725.300,65	1.745.564,33	1.730.045,39	1.734.700,55	1.737.477,57	2.718.889,43	2.250.061,65	4.580.418,49	24.939.102,07	-	
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.323.916,27	2.997.996,64	4.027.402,84	3.625.502,91	3.452.212,34	3.605.888,88	2.456.288,42	3.748.031,48	3.508.155,61	4.462.575,87	3.182.759,40	4.654.886,54	43.045.617,20	-	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.921.590,73	2.622.510,26	3.590.104,06	3.090.182,32	3.012.372,67	3.170.193,47	2.019.087,21	3.311.430,83	3.109.511,11	4.063.931,37	2.749.134,06	4.105.414,26	37.765.462,35	-	
Pensões	402.325,54	375.486,38	437.298,78	535.320,59	439.839,67	435.695,41	437.201,21	436.600,65	398.644,50	398.644,50	433.625,34	549.472,28	5.280.154,85	-	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)															
Despesa com Pessoal não Executadas Orçamentariamente															
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>3.347.928,00</b>	<b>3.216.607,39</b>	<b>3.644.444,48</b>	<b>3.763.235,84</b>	<b>2.647.525,79</b>	<b>2.886.101,54</b>	<b>2.044.866,12</b>	<b>2.936.062,46</b>	<b>2.704.814,77</b>	<b>5.328.046,49</b>	<b>3.212.039,52</b>	<b>4.376.561,87</b>	<b>40.108.234,27</b>	-	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	24.011,73	218.610,75	46.216,98	94.922,96	32.934,15	18.142,66	25.346,70	70.026,01	56.515,26	128.949,50	5.529,99	-	721.206,69	-	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	16.401,66	42.809,97	-	-	-	80.678,97	-	1.713.647,82	23.750,13	207.575,87	2.084.864,42	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.323.916,27	2.997.996,64	3.581.825,84	3.625.502,91	2.614.591,64	2.867.958,88	2.019.519,42	2.785.357,48	2.648.299,51	3.485.449,17	3.182.759,40	4.168.986,00	37.302.163,16	-	
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Paralela (ADCT, art. 38, §2º)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>11.038.988,29</b>	<b>10.922.270,00</b>	<b>11.394.089,04</b>	<b>10.881.822,21</b>	<b>12.042.389,92</b>	<b>12.872.655,80</b>	<b>11.900.255,04</b>	<b>12.505.101,47</b>	<b>12.103.850,32</b>	<b>14.028.106,13</b>	<b>11.774.804,62</b>	<b>21.163.066,76</b>	<b>152.627.399,60</b>	-	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>										<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>				
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>											14.655.407.399,67				
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)(V)											13.434.477,00				
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)(VI)											41.066.633,05				
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)											-				
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais											-				
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)</b>											14.600.906.289,62				
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III + III b)</b>											152.627.399,60	1,05			
<b>LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>											179.591.147,36	1,23			
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>											170.611.589,99	1,17			
<b>LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>											161.632.032,63	1,11			

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas líquidas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não líquidas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas Líquidas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
  - b) Despesas empenhadas mas não líquidas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas líquidas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.
- Nota 2: Não foram consideradas para efeito de limite de pessoal as obrigações patronais referente ao plano de saúde - PLANSAUDE (RS 496.212,08), por não estar abrangido pelo art. 18 LRF, conforme Acórdão TCU nº 894/12.
- Nota 3: Inclusão de inativos e pensionistas a partir do exercício de 2021, conforme determinações da LC 178/2021. Nas competências 01/2024 a 12/2024 foram inseridos os valores da despesa do relatório SIAFE, segundo o mapeamento STN.
- Nota 4: Nas competências 10/2024 e 12/2024 foram pagos o Adicional de Tempo de Serviço - ATS Membros (11/2022 a 13/2024), e abono permanência de servidores (03/2022 a 13/2023).
- Nota 5: Na linha dedução de despesas de exercícios anteriores foram deduzidas despesas - anos 2020 a 2023 referentes a abonos de permanência, reequilibramentos e ATS.
- Nota 6: O TCE/TO fez aporte previdenciário no plano financeiro no exercício de 2024 no valor de R\$ 5.297.976,86, no entanto, foram pagos benefícios pelo IGPREV na fonte 500 no valor de R\$ 5.743.454,04. A diferença de R\$ 445.477,18 corresponde ao superávit de 2023.

André Luiz de Matos Gonçalves  
Presidente

Cassiano Ferrari  
Diretor Geral de Controle Interno

Evani Portugal de Sousa  
Diretora Geral de Administração e Finanças

Ana Lize Pereira de Lima Lara  
Diretora de Orçamento, Administração e Finanças

Ângela Maria Dias da Luz  
Contadora - CRC - TO-001188/O-1  
Coordenadora de Contabilidade

ANEXO V

Tabela 5.2 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Outros Poderes e Órgãos

ESTADO DO TOCANTINS - PODER LEGISLATIVO  
 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO/2024 A DEZEMBRO/2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RS 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE E DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) I	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))	(g)	(h) = (f - g)		
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	<b>8.784.970,49</b>	<b>229.841,36</b>	<b>3.227.576,87</b>	<b>2.842.146,96</b>	<b>0,00</b>	<b>2.485.405,30</b>	<b>2.243.918,63</b>	<b>0,00</b>	<b>241.486,67</b>
Recursos Não Vinculados de Impostos	5.920.453,88	229.841,36	432.896,87	2.842.146,96		2.415.568,69	2.243.918,63		171.650,06
Outros Recursos Não Vinculados	2.864.516,61	0,00	2.794.680,00			69.836,61			69.836,61
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	<b>2.394.038,90</b>	<b>0,00</b>	<b>4.499,28</b>	<b>0,00</b>	<b>10.340,27</b>	<b>2.379.199,35</b>	<b>1.612.564,00</b>	<b>0,00</b>	<b>766.635,35</b>
Recursos Vinculados à Previdência Social	0,00					0,00			0,00
Recursos Vinculados a Fundos	2.330.098,39					2.330.098,39	1.612.564,00		717.534,39
Recursos de Operações de Crédito	0,00					0,00			0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	53.600,24		4.499,28			49.100,96			49.100,96
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios	0,00					0,00			0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00					0,00			0,00
Outros Recursos Extraorçamentários	10.340,27				10.340,27	0,00			0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00					0,00			0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>11.179.009,39</b>	<b>229.841,36</b>	<b>3.232.076,15</b>	<b>2.842.146,96</b>	<b>10.340,27</b>	<b>4.864.604,65</b>	<b>3.856.482,63</b>	<b>0,00</b>	<b>1.008.122,02</b>

Fonte: SIAFE TO  
 Nota 1: Corresponde a informações do TCE/TO e Fundo de Aperfeiçoamento

André Luiz de Matos Gonçalves  
Presidente

Cassiano Ferrari  
Diretor Geral de Controle Interno

Ana Lize Pereira de Lima Lara  
Diretora de Orçamento, Administração e Finanças

Ângela Maria Dias da Luz  
Contadora - CRC - TO-001188/O-1  
Coordenadora de Contabilidade



Acesse o Portal do Cidadão

<https://portaldocidadao.tce.to.gov.br/>

Tabela 6.2 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - OUTROS PODERES E ÓRGÃOS

ESTADO DO TOCANTINS - PODER LEGISLATIVO  
 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO/2024 A DEZEMBRO/2024

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	R\$ 14.655.407.399,67	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	R\$ 14.600.906.289,62	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	R\$ 152.627.399,60	1,05%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,23%	R\$ 179.591.147,36	1,23%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,17%	R\$ 170.611.589,99	1,17%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,11%	R\$ 161.632.032,63	1,11%
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	3.856.482,63	1.008.122,02

FONTE: SIAFE TO

Nota 1: Restos a pagar: Corresponde a informações do TCE/TO e Fundo de Aperfeiçoamento

André Luiz de Matos Gonçalves  
Presidente

Cassiano Ferrari  
Diretor Geral de Controle Interno

Ana Lice Pereira de Lima Lira  
Diretora de Orçamento, Administração e Finanças

Ângela Maria Dias da Luz  
Contadora - CRC - TO-001188/O-1  
Coordenadora de Contabilidade

**Presidente**  
Cons. André Luiz de Matos Gonçalves

**Vice-Presidente**  
Cons. Alberto Sevilha

**Corregedor**  
Cons. Severiano José Costandrade de Aguiar

**Conselheiros**  
José Wagner Praxedes  
Napoleão de Souza Luz Sobrinho  
Doris de Miranda Coutinho  
Manoel Pires dos Santos

**Conselheiros Substitutos**  
Adauton Linhares da Silva  
Fernando César B. Malafaia  
Jesus Luiz de Assunção  
Leondiniz Gomes  
Márcio Aluizio Moreira Gomes  
Moisés Vieira Labre  
Orlando Alves da Silva

**Ministério Público de Contas**

**Procurador-Geral**  
Oziel Pereira dos Santos

**Procuradores**  
José Roberto Torres Gomes  
Marcos Antônio da Silva Módes  
Zailon Miranda Labre Rodrigues

**Comissão Permanente de Licitação**  
Patrícia Pereira da Silva - Presidente  
Roselena Paiva de Araújo  
Marinês Barbosa Lima  
Elizamar Lemos dos Reis Batista  
Maria Filomena Rezende Leite

**Jurídico**  
Alessandro Alberto de Castro

**Pregoeiros**  
Patrícia Pereira da Silva  
Roselena Paiva de Araújo  
Raissa Peres Miranda  
Elizamar Lemos dos Reis Batista  
Marinês Barbosa Lima

**Assessoria de Comunicação - ASCOM**  
(63) 3232-5837/5838/5937 ascom@tceto.tc.br

**Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**  
Avenida Teotônio Segurado, 102 Norte, Conjunto 1, Lotes 1 e 2, CEP: 77.006-002 - Palmas - TO

Boletim Oficial do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, órgão oficial de imprensa instituído pelo artigo 158 da Lei nº 1.284 (Lei Orgânica do TCE), de 17 de dezembro de 2001, e regulamentado pela Instrução Normativa Nº 06/2019, de 18 de dezembro de 2019.

www.tceto.tc.br

Site certificado pela Autoridade Certificadora do SERPRO Cadeia ICP-Brasil